Título: Plataformização da educação na rede estadual paulista tem gerado problemas de saúde mental em estudantes e profissionais da educação, aponta relatório da Plataforma Dhesca Brasil.

Subtítulo: Além do modelo adotado por Tarcísio de Freitas e Renato Feder ferir direitos como a liberdade de cátedra e a gestão democrática, estudantes relatam ansiedade e depressão pelo uso excessivo de telas nas escolas.

Privatização e plataformização aprofundam violações de direitos na educação pública paulista, aponta relatório da Dhesca

A rede estadual de ensino de São Paulo vive hoje um processo acelerado de reconfiguração estrutural, marcado pelo avanço da **privatização e da plataformização** na rede Estadual Paulista. Esse movimento tem ampliado a presença de empresas privadas na gestão educacional e consolidado o uso de plataformas digitais como eixo estruturante do ensino, com impactos diretos na autonomia docente, na gestão democrática e nas condições de aprendizagem que afetam diretamente a capacidade de aprendizagem e o bem-estar dos estudantes.

É o que revela o relatório da Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil, construído a partir de visitas a escolas, entrevistas com estudantes, professoras/es, equipes de gestão escolar, além da análise de dados públicos como o Censo Escolar e o Censo Demográfico. O documento evidencia que, longe de serem apenas ferramentas pedagógicas, as plataformas impõem conteúdos, metodologias e ritmos de ensino, redefinindo o cotidiano escolar sem a devida escuta da comunidade escolar.

O modelo em curso combina o uso intensivo de tecnologias digitais, a centralização pedagógica e a adoção de mecanismos de controle orientados por metas, sem que haja a garantia da infraestrutura necessária para sua utilização. Nesse contexto, a plataformização não apenas reorganiza os processos de ensino, mas também fragiliza as relações humanas que sustentam a experiência educativa, impactando diretamente a saúde mental de estudantes e profissionais da educação. A mediação tecnológica excessiva tem reduzido o contato direto entre estudantes e professoras/es, enfraquecendo vínculos, trocas de conhecimento e espaços de escuta e debate, elementos fundamentais para a construção coletiva do aprendizado e consequentemente para a qualidade da educação.

Entre os principais impactos, o relatório destaca o agravamento das condições de saúde mental. Professoras e professores relatam um cotidiano marcado por sobrecarga, pressão constante pelo cumprimento de metas, perda de autonomia e insegurança em relação aos vínculos de trabalho.

Estudantes, por sua vez, enfrentam falhas recorrentes nas plataformas, dificuldades de acesso e uma crescente pressão por desempenho, o que tem gerado ansiedade, frustração e um sentimento crescente de falta de perspectiva em relação ao futuro. Muitos relatam não se enxergar sequer prestando um vestibular. Nesse contexto, eles acreditam na luta pela educação pública para os frutos serem colhidos no futuro, para que seus irmãos, primas (os) e afins, não sejam submetidas às mesmas condições de precarização e esvaziamento da experiência escolar e da escola.

Os dados do Censo Escolar também evidenciam a intensificação da precarização docente. Em 2024, a rede estadual paulista contava com 81.473 professoras/es temporários — número que supera em 17.870 o de efetivos que somavam 63.603 —, cenário que se articula com o aumento do controle sobre o trabalho pedagógico, incluindo monitoramento do uso de plataformas, metas de desempenho e penalizações gerando adoecimentos e afastamentos de profissionais da educação.

O crescimento do uso de tablets nas escolas estaduais, entre 2022 e 2024, passou de 5% para 32% (TIC Educação 2024). Essa expansão tem se guiado pela precarização e terceirização de serviços, por meio de contratos milionários em benefício do setor privado. Ocorre, ainda, em meio a graves limitações de infraestrutura nas escolas,recorrentes relatos de falhas de conectividade, equipamentos insuficientes e sistemas instáveis. Nesse contexto, estudantes frequentemente recorrem a seus próprios celulares para acessar conteúdos, evidenciando a contradição entre a imposição do uso de plataformas, a ausência de condições adequadas para seu funcionamento e o uso de aparelhos pessoais no ambiente escolar, tornando letra morta a Lei n. 15.100/25.

O relatório também chama atenção para violações relacionadas à privacidade e à proteção de dados. Há baixa transparência sobre a coleta, o uso e o compartilhamento de informações pessoais de estudantes e profissionais da educação, incluindo dados de crianças e adolescentes, o que aprofunda os riscos associados à adoção indiscriminada dessas tecnologias.

Além disso, observa-se uma mudança significativa na lógica educacional, cada vez mais orientada por indicadores, metas e rankings. Esse movimento contribui para a redução da educação a métricas quantitativas, esvaziando sua dimensão formativa, crítica e social. Ao privilegiar resultados mensuráveis, instaura-se uma lógica de competição entre as comunidades escolares, que fragmenta relações, dificulta a construção de vínculos coletivos e enfraquece práticas colaborativas entre escolas.

Como desdobramento da missão sistematizada no relatório, a Ação Educativa em parceria com a Plataforma Dhesca ingressaram com um pedido de habilitação como amicus curiae na Ação Civil Pública n. 1500558-59.2025.8.26.0053, proposta pelo Ministério Público e Defensoria Pública do Estado de São Paulo para barrar a obrigatoriedade do uso de plataformas e aplicativos digitais nas escolas da rede estadual paulista. Fundamentado em três eixos críticos do relatório, evidencia a necessidade de aprofundamento teórico e comprobatório da natureza das plataformas educacionais como sistemas de IA que desafiam a proteção de dados de adolescentes e jovens; o impacto da plataformização nas trajetórias juvenis, que agrava desigualdades e compromete o equilíbrio entre estudo e vida social; e o declínio da saúde mental das/os estudantes diante do esgotamento digital e da deterioração pedagógica. Esses pontos reforçam a urgência de uma análise sob a ótica da proteção integral e do direito à educação, o qual tem sido constantemente violado pela gestão governamental atual.

Diante desse cenário, o que a Plataforma Dhesca revela é um quadro que não pode mais ser tratado como exceção: trata-se de uma violação sistemática de direitos humanos na rede estadual paulista. A privatização, a plataformização do ensino, a precarização do trabalho e a fragilidade estrutural não são processos neutros, eles reorganizam a escola e

impactam diretamente os corpos que a constroem todos os dias. Por isso, o relatório não se limita a apontar falhas: ele convoca. Convoca o poder público e instâncias internacionais a assumirem responsabilidade no fortalecimento da gestão democrática, na valorização docente e na garantia de uma educação que não seja reduzida a números, mas afirmada como direito e como possibilidade de existência.